

LEITURA LITERÁRIA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES (1986-2010): UM RETRATO, UMA DENÚNCIA¹

Roseli Maria Rosa de Almeida ²

Resumo

A escola figura atualmente como uma das instituições responsáveis pela formação de alunos leitores, assim, a leitura é objeto de discussão e preocupação de programas, projetos e políticas públicas. O trabalho apresentado neste artigo revela parte de uma investigação que buscou compreender como os espaços das bibliotecas escolares se organizaram e socializaram a leitura de obras literárias, no período de 1986 a 2010, em sete escolas do município de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul. Optou-se pela pesquisa historiográfica, a partir da metodologia de análise documental e as fontes utilizadas foram: livros de tombamento, livros e/ou fichas de empréstimos de obras, croquis das bibliotecas, além de instrumentos da história oral, como as entrevistas semiestruturadas. A pesquisa evidenciou que as bibliotecas realizaram ações visando o uso do acervo literário. No entanto, apontou também problemas estruturais: ausência de bibliotecários; provisoriedade dos espaços físicos; descontinuidade das práticas leitoras; desconhecimento das funções da biblioteca. Desta forma, são necessárias alterações visando: i) melhoria da estrutura física; continuidade periódica de programas de aquisição de acervos; formação e atuação de bibliotecários e/ou supervisão por esses profissionais; formação da equipe escolar e implantação de redes de bibliotecas.

Palavras-chave: Escola; História; Espaços; Práticas leitoras; Leitura literária.

LITERARY READING IN SCHOOL LIBRARIES (1986-2010): A PORTRAIT, A DENOUNCEMENT

Abstract

The school is one of the institutions responsible for training student readers, so reading is the subject of discussion and concern in programs, projects and public policies. The research in this article reveals part of an investigation that tried to understand how the spaces of school libraries were organized and socialized the reading of literary works, from 1986 to 2010, in seven schools in the municipality of Naviraí, in the state of Mato Grosso do Sul. We opted for historiographical research, based on the methodology of document analysis and the sources used

¹ Referência à apresentação da pesquisa de tese, quando umas das professoras que analisou o trabalho afirmou que a tese constituía uma “denúncia em relação às bibliotecas escolares no Brasil”.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campus de Naviraí (CPNV).



were: heritage books, books and/or work loan sheets, library sketches, in addition to oral history instruments, such as semi-structured interviews. The research showed that the libraries carried out actions aiming at the use of the literary collection. However, he also pointed out structural problems: lack of librarians; provisionally of physical spaces; discontinuity of reading practices; Ignorance of the functions of the library. Therefore, changes are needed that aim to: i) improve the physical structure; periodic continuation of collection acquisition programs; formation and performance of librarians and/or supervision by these professionals; training of school staff and implementation of library networks.

Keywords: School; History; Spaces; Reading practices; Literary reading.

1. Introdução

O presente trabalho é parte dos estudos de uma tese de doutoramento concluída, que teve como objetivo geral analisar a cultura escolar instituída em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí/MS, a fim de compreender os mecanismos de organização destes espaços e a existência de práticas de leitura literária, no período de 1986 a 2010.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: i) identificar as diferentes representações da biblioteca escolar; ii) analisar documentos e materiais produzidos na cultura escolar que evidenciassem as formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas; iii) avaliar práticas de mediação didática em relação à leitura literária e desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas; iv) analisar a constituição dos acervos; e por fim, descrever e analisar práticas de leitura de textos literários que se constituíram nos espaços das bibliotecas escolares.

A escola e a biblioteca escolar têm papel fulcral na tarefa de formação dos leitores, posto isso surgiram as seguintes indagações de pesquisa: Os alunos liam nos espaços das bibliotecas? Empréstavam livros? Os professores/as levavam obras das bibliotecas para as salas ou realizavam estratégias metodológicas que propiciassem o acesso dos alunos às obras das bibliotecas? Havia algum tipo de organização nos espaços e/ou estratégias metodológicas que facilitassem ou dificultassem o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas de leitura construídas nesses espaços?

Os procedimentos adotados foram delineados no campo da pesquisa histórica e optamos pela metodologia documental e o auxílio de instrumentos utilizados pela história oral, como gravação de entrevistas). O trabalho foi desenvolvido em sete escolas de ensino fundamental e/ou médio do município de Naviraí¹/MS, localizado ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, na região

¹ Município do estado de Mato Grosso do Sul com a população de 50.457 habitantes (IBGE, 2022).



chamada de Cone-Sul¹. A fonte que mais se destacou foi o “livro tombo ou de tombamento” (que era um livro de capa dura, em que se registravam todas as obras adquiridas e/ou recebidas pelas escolas, oriundas dos órgãos governamentais e/ou de doações). Além disso, outras fontes² auxiliaram na composição do estudo: livros e/ou fichas de empréstimos de obras; fotos de materiais das bibliotecas e atividades desenvolvidas; projetos de leitura da/s escola/s. Utilizamos, inclusive, duas fontes que complementaram pontos que ainda causavam dúvidas no trabalho, que foram as entrevistas semiestruturadas com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas e/ou coordenadores/diretoras e croquis dos espaços.

O marco cronológico da pesquisa foi estabelecido a fim de compreendermos tanto o período de implantação da primeira biblioteca escolar do município, na Escola Estadual Presidente Médici em 1986, quanto as mudanças nesse interstício (em especial a implementação do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE³), até o ano de 2010, em que foi publicada a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio (Brasil, 2010a), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país. A referida lei foi uma importante conquista das áreas que lutam pela formação de leitores no Brasil, pois colocou no centro das preocupações, a questão das políticas públicas em relação à leitura e biblioteca escolar no país.

Os estudos do pesquisador Roger Chartier (1991; 1994; 1999a, 1999b, 2001, 2003, 2007), por meio da História Cultural, foram a referência para a pesquisa, tendo em vista suas contribuições no campo da história do livro e da leitura. Ademais, como a questão das práticas de leitura e bibliotecas escolares envolve estudos interdisciplinares das áreas de Pedagogia, Letras, História, Biblioteconomia, entre outras, buscamos também conceitos dessas ciências.

Neste artigo trataremos de uma parte das discussões do trabalho de pesquisa apresentado na tese final (Almeida, 2018). Organizamos os tópicos a seguir em: introdução, referencial teórico, resultados e discussões e as considerações finais.

¹ A Região **Cone-sul** é constituída por sete municípios banhados pela Bacia do Rio Paraná, grande parte do seu território está localizado às margens do Rio Paraná, com características físicas muito parecidas. São eles: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo e Naviraí. (Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Geoambientes-da-Faixa-de-Fronteira-Versao-2016.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023).

² Catalogamos as fontes nas bibliotecas das escolas: Escola Estadual Antônio Fernandes – E.E.A.F.; Escola Estadual Presidente Médici – E.E.P.M.; Escola Estadual Eurico Gaspar Dutra – E.E.E.G.D.; Escola Municipal Odécio Nunes de Matos – E.M.O.N.M.; Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana – E.M.M.L.A.S.; Escola Municipal Prof. José Carlos da Silva – E.M.J.C.; Escola Municipal Milton Dias Porto – E.M.M.D.P.

³ O PNBE, implantado em 1997, é considerado o maior programa de distribuição de obras literárias às escolas públicas do Brasil.



2. Referencial teórico

A definição do que seja uma biblioteca é uma tarefa complexa, considerando que o sentido do termo se alterou historicamente. Múltiplos fatores interferiram na definição do conceito de biblioteca, entre os quais podemos citar: o espaço físico; o formato dos livros; a produção e a divulgação; a catalogação; o grau de importância dado às obras; o volume de material impresso após o uso de novas técnicas de impressão, entre outros.

A biblioteca foi considerada, em determinados contextos, como o “local em que se armazenavam as obras produzidas”, porém, ao longo da história observamos variados tipos de composição desses espaços. Battles (2003) atesta que as bibliotecas desde a Antiguidade Ocidental com Alexandria, passaram por inúmeras e conturbadas mudanças, estiveram sujeitas a saques, incêndios, roubos e a outros ataques, o que revelou que nem sempre foi um local de “silêncio e estudo”, ou de “paz e ordem”.

Battles (2003, p. 31) também salienta, que “[...] ao contrário dos rolos de papiro de Alexandria, as primeiras bibliotecas não podiam pegar fogo, pois estavam repletas de livros gravados em argila”, ou seja, a biblioteca era o próprio material utilizado para gravação da escrita. Outro exemplo observado por esse autor, foi em relação à formação da biblioteca dos sutras budistas na China do ano 550 d.C., em que não foram utilizados rolos de seda para confecção dos livros, ao invés disso “[...] as palavras dos sutras estão gravadas em caracteres de finíssimo talhe com uma polegada de altura em estelas de pedra e em paredes de cavernas” (Battles, 2003, p. 46). O historiador assevera que “[...] seus 4,2 milhões de palavras constituem uma das mais completas coleções de documentos budistas escritos em chinês” (Battles, 2003, p. 46).

Por outro lado, os pesquisadores Cavallo e Chartier (1998) definem a biblioteca de Alexandria como o grande arquétipo das bibliotecas helenísticas e, por isso mesmo, representava a biblioteca “universal” e “racional”, que deveria conservar os livros de todos os tempos e obedecer a certa organização. Os autores asseguram que essas bibliotecas não eram “de leitura”, pois representavam na verdade, a grandeza das dinastias que estavam no poder, e eram, por outro lado, local utilizado como instrumento de trabalho para um grupo de eruditos e literatos. Assim, “[...] ainda que estivessem tecnicamente dispostos para serem lidos, os livros eram mais acumulados do que realmente lidos” (Cavallo; Chartier, 1998, p. 14). A afirmação mostra que nem sempre a biblioteca foi um espaço de socialização da cultura, mas espaço de “guarda”, de acúmulo do produto do conhecimento, o livro.

Na Roma antiga houve a criação e o desenvolvimento de bibliotecas particulares, ambientes em que se reunia a restrita sociedade culta. As bibliotecas públicas criadas no período imperial eram consideradas espaços com a finalidade de conservar as memórias históricas e o patrimônio literário, frequentadas por um público de leitores de uma classe média alta (Cavallo; Chartier, 1998).

Outros espaços como, por exemplo, as sinagogas do Ocidente, no período

compreendido pela Idade Média, se instituíram como modelo de “biblioteca pública”. Bonfil (1998) afirma que foram localizadas no espaço das sinagogas, algumas coleções de livros que eram destinadas ao estudo individual ou em grupo. Além disso, essa prática induzia a uma ideologia de responsabilidade entre os membros do grupo, com vistas ao estudo e à leitura dos preceitos e das ideias da cultura judaica. Destaca Bonfil (1998) que a ideia de “biblioteca pública” no sentido de dar publicidade aos livros, teria aparecido entre os judeus bem antes do que para os cristãos.

Com a evolução da sociedade, Cavallo e Chartier (1998) mencionam que no final do século XIII nasce com as ordens mendicantes, um novo modelo de biblioteca, que não era mais destinado apenas à conservação dos livros, mas à leitura. As mudanças no livro em forma de rolo para o códex definiram novas formas de uso desse material, o que facilitou a ampliação das práticas de leitura, especialmente no Ocidente Latino. Além disso, a leitura passou naquele período de uma prática realizada em voz alta para uma leitura murmurada, silenciosa.

Com o novo tipo de biblioteca nasce uma organização bibliotecária, com o catálogo, em que se consultava se havia ou não, o livro que se procurava, além de surgir um memorial em que eram anotados os livros emprestados. A biblioteca se amplia, sai dos monastérios para se tornar urbana e aberta, altera-se a arquitetura e suas práticas, a nova ordenação pressupõe “silêncio” e os livros são guardados por meio de correntes, os leitores devem “ler com os olhos” (Cavallo; Chartier, 1998).

O período compreendido entre os séculos XVIII e XIX implicou no desenvolvimento da alfabetização em várias regiões da Europa. Cavallo e Chartier (1998) afirmam que foi possível medir as desigualdades da presença dos livros e a composição de bibliotecas particulares. No período supracitado houve uma nova definição de biblioteca como “coleção de livros particulares”, sentido que não se referia somente a um espaço público, mas também às residências, pois algumas possuíam um volume considerável de obras e que serviam a um grupo privilegiado de leitores.

Cavallo e Chartier (1998) sinalizam que outra questão importante ampliou a oferta da leitura a partir do século XVIII, que foi a possibilidade de ler sem ter que comprar, por meio de livrarias de empréstimo e sociedades de leitura. Abreu (1999) certifica que o século XVIII foi marcado por mudanças nas práticas de leitura, uma vez que a possibilidade de acesso a determinadas leituras dividiria os grupos de leitores, alguns manifestavam apoio à liberdade de leitura e outros queriam a censura de determinados livros. Alguns autores inclusive recomendavam ler de forma “moderada e fazer exercícios físicos”, pois havia uma ideia de que os livros divulgavam ideias falsas, além de estimularem a imaginação e “combaterem” o pudor e a honestidade (ABREU, 1999). Para Abreu (1999) havia autores que difundiam um ponto de vista de que a leitura era portadora de um “veneno lento que corria nas veias” e essa visão esteve presente em diversos movimentos de interdição da leitura.

Martins (2002), por sua vez, assevera que a passividade da biblioteca dá lugar a um dinamismo, este marcado a partir da Idade Moderna pela sua

especialização, que visava atender aos vários tipos de públicos que a procuravam a partir de então. O local passou de mero depósito de livros para um espaço que deveria democratizar a leitura, que é a grande mudança que ocorre tanto com o livro, quanto com as bibliotecas.

Com relação ao século XIX, Cavallo e Chartier (1998) elucidam que as práticas de leitura entram na chamada sociologia das diferenças e, a partir deste período, as bibliotecas passam a ter papéis diversos, em função especialmente, do público leitor.

O último conceito, considerado contemporâneo, envolve o que Cavallo e Chartier (1998) chamam de "terceira revolução da leitura" e que modifica a configuração dos textos e da leitura: a transmissão eletrônica. Com as novas ferramentas do mundo eletrônico, o conceito de biblioteca se estabeleceu como "espaço indefinido", pois em qualquer lugar em que o leitor estiver, desde que conectado a uma rede, poderá ter acesso aos textos e à leitura.

Desta maneira, a representação do conceito de biblioteca foi se alterando historicamente: i) local de gravação da palavra escrita (como as cavernas ou paredes de pedra); ii) local de guarda das obras; iii) local de leitura de obras; iv) coleções particulares organizadas em residências; v) transmissão eletrônica dos textos (redes).

2.1 Bibliotecas escolares: pesquisas no Brasil

As bibliotecas escolares têm sua acepção e atribuição em relação ao local de inserção, a escola, e se pode afirmar que passou por modificações e tentativas de consolidação, ao longo da história. A escola, como já evidenciado por vários autores (Julia, 2001; Silva, 2006), constrói cultura, nesta constituição está não só a cultura pedagógica, como também, o uso dos espaços e artefatos materiais.

Para constituir um painel sobre as bibliotecas no país, acessamos a pesquisa de Ferreira (2001), que arrolou análises sobre leitura em diferentes áreas e apontou que os estudos dessa temática tomaram força com o próprio desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, a partir dos anos de 1980. Ferreira (2001) realizou um estudo do tipo "estado da arte", catalogou e agrupou pesquisas cuja temática fosse a leitura e concluiu que havia no país uma grande produção sobre o tema, distribuída nas áreas de Educação, Psicologia, Biblioteconomia e Letras/Linguística, entre outras. As fontes utilizadas pela autora foram os resumos de Teses e Dissertações do período de 1980 a 1995, localizados no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na pesquisa de Ferreira (2001) constatou-se que no bloco sobre as condições de produção da leitura na escola incluíram-se os trabalhos voltados à instituição biblioteca, constando de análises sobre práticas de leitura nas bibliotecas escolares, além da discussão sobre mediadores, formação e outros aspectos.

Notamos a partir do trabalho da pesquisadora (Ferreira, 2001), que os estudos sobre a temática surgiram no início dos anos de 1980, em um contexto de críticas e denúncias feitas pela sociedade, sobre as condições da leitura na escola, em especial na escola pública. Foi, no entanto, a partir do desenvolvimento da pesquisa no país que se ampliaram as redes formadas por diferentes áreas de conhecimento, perspectivas teórico-metodológicas e diversos enfoques, nos estudos de temáticas sobre a biblioteca escolar.

Com relação ao surgimento das bibliotecas escolares, Nery (2016) aponta que no Brasil elas principiaram no ambiente das Escolas Normais criadas no século XIX. Para Nery (2016), os impressos escolares é que ajudaram a estreitar a relação entre escola e a biblioteca, além de imprimir uma importância maior ao livro e à leitura, isso contribuiu para a questão da implantação desses espaços.

Foi possível constatar pesquisas que mostraram, no processo de criação das bibliotecas escolares, que a institucionalização em alguns casos antecedeu o procedimento de construção de práticas de leitura e de uso do acervo. Em outros casos, apesar de não ser institucionalizada, a biblioteca esteve presente nas Escolas Normais. Mas, um dos aspectos importantes foi que desde o início do funcionamento das bibliotecas escolares no país percebeu-se que as condições eram desiguais, pois algumas eram mais equipadas e com um profissional designado para atender em período integral, outras não (Nery, 2016).

Além da pesquisa de Nery (2016), acessamos também o documento "Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil" (Brasil, 2011), que analisou as cinco regiões brasileiras por amostragem e investigou um município de cada região brasileira, destacando as condições de organização das bibliotecas. O trabalho mostrou que houve alterações nas condições de funcionamento e apontou para uma revalorização desses espaços, uma vez que há 15 anos, o perfil de bibliotecas escolares de escolas da rede pública era muito frágil, com acervos pequenos, localização em espaços inadequados e poucos trabalhos de dinamização e utilização. O trabalho em questão (Brasil, 2011) trouxe outros pontos relevantes sobre a biblioteca escolar, especialmente no que tange à sua organização e função, questionando se não seria o caso destes espaços possuir uma configuração diferenciada das demais categorias de bibliotecas, e até mesmo, uma organização menos formal.

Após a publicação da pesquisa de tese (Almeida, 2018), acessamos novas discussões sobre a temática e consideramos relevante mencionar o trabalho de Siqueira, Trindade, Terra e Torres (2021), em que os autores catalogaram as legislações importantes para a constituição de bibliotecas escolares no Brasil.

Optamos por expor somente algumas legislações, a partir do ano de 2012: a) Resolução CFB¹ n. 199/2018 que dispõe sobre os parâmetros para estruturação e funcionamento das bibliotecas escolares no país, reforçando o cumprimento da referida Lei n. 12.224/2010; b) Projeto de Lei n. 9.484/2018

¹ Conselho Federal de Biblioteconomia.

que amplia o conceito de Biblioteca Escolar e propõe a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares-SNBE, prorroga para 2024 o prazo de adequação para todas as bibliotecas escolares do país; c) Projeto de Lei n. 4.003/2020 que propõe prorrogação do prazo para universalização das bibliotecas escolares, bem como a criação de acervos virtuais; d) Projeto de Lei n. 4.410/2020 que propõe a prorrogação do prazo para a universalização das bibliotecas escolares para o ano de 2022, tendo como justificativa o cenário da pandemia do Coronavírus; e) Resolução MEC nº 12/2020 que dispõe sobre o Programa Nacional do livro e do material didático (PNLD), faz considerações acerca da obrigatoriedade da implantação da Lei nº 12.244/2010.

Não temos neste artigo o objetivo de analisar as legislações mencionadas anteriormente, mas observamos no trabalho, que houve várias tentativas de aprovar e implantar ações voltadas às bibliotecas escolares, no entanto, o que chamou a atenção foi a prorrogação para o cumprimento da lei 12.244/2010 que previa a universalização de bibliotecas nas escolas brasileiras até o ano de 2010. Consequentemente, podemos afirmar que ainda é necessária uma revalorização da “instituição biblioteca escolar” por parte dos órgãos responsáveis, especialmente nas escolas públicas, que são as que concentram a maior parte dos estudantes brasileiros, além disso, é imprescindível garantir políticas de ampliação periódica de acervos e formação dos profissionais.

Por fim, apesar dos estudos sobre a temática terem iniciado por volta da década de 1980 no Brasil, as políticas públicas no país nem sempre são instituídas como políticas de Estado, mas de governo, o que dificulta sobremaneira a permanência e dinamização desta instituição nas escolas.

3. Resultados e Discussões

A partir do corpo documental levantado na pesquisa, empreendemos uma análise dos espaços das sete bibliotecas investigadas. Analisamos as bibliotecas escolares do município de Naviraí e os aspectos educacionais que influenciaram a construção ou não, de práticas de leitura literária, no período de 1987 a 2010.

Para analisar os espaços arquitetônicos, partimos dos estudos de Souza (2007), Alves (2010), Funari; Zarankin (2005) e Frago (2008), que apontam que a arquitetura da escola começou a ser analisada a partir dos estudos da cultura escolar, com diferentes apropriações e por distintas áreas de conhecimento. Silva (2006) observa que a ideia de uma cultura escolar se fortaleceu nos anos de 1990, apresentando depois deste período diversas tendências investigativas.

Frago (2008) atesta que o espaço escolar não é passivo e neutro, mas ao contrário, socializa e educa. Os prédios escolares, móveis e equipamentos não são meros artefatos, porém exercem uma função simbólica que constrói e modifica práticas, por isso podemos afirmar que a cultura escolar é dinâmica, bem como a apropriação e o uso dos espaços escolares.

Levamos em consideração na análise dos espaços físicos, o estudo da

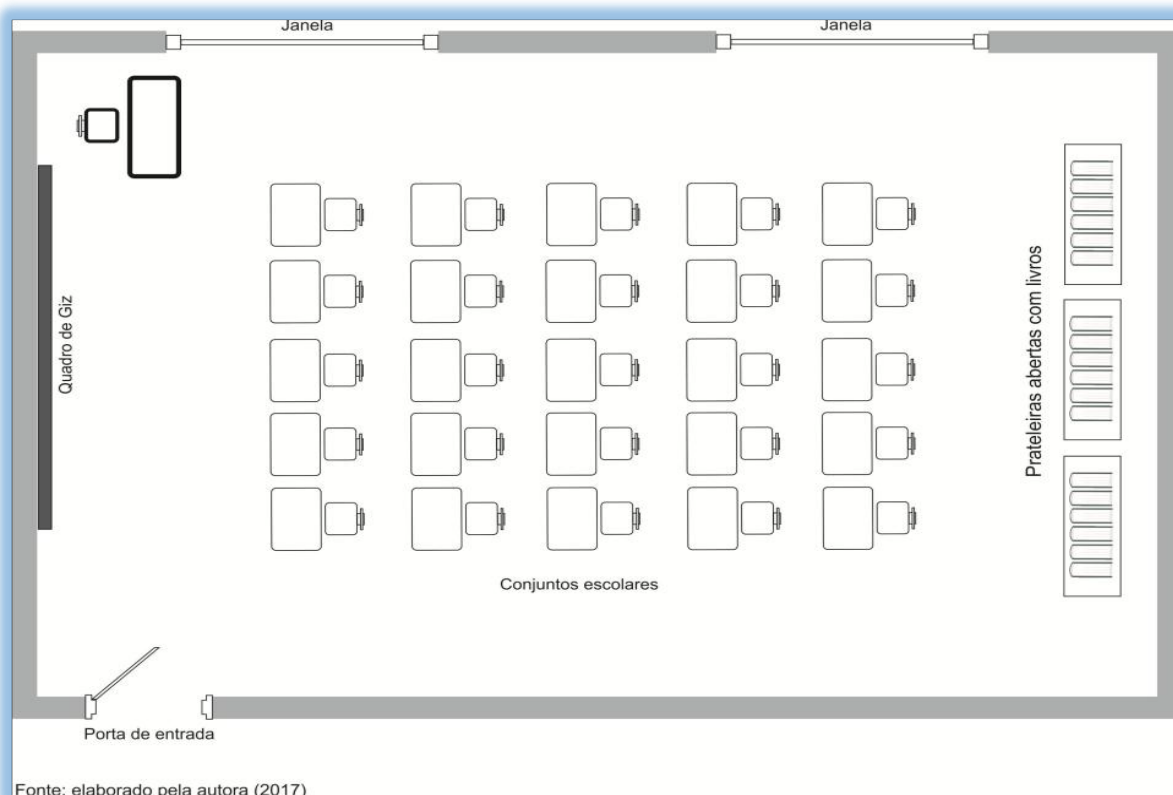


Política Nacional do Livro, aprovada pela Lei Federal nº 10.753/2003 (Brasil, 2003), além do Censo Educacional em 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (Brasil, 2010b), que indicou que apenas 30,4% das escolas de ensino fundamental eram atendidas com biblioteca e o recurso com maior disponibilidade era o acesso à Internet.

Nas sete escolas pesquisadas o objetivo foi de identificar e analisar formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado, qual seja, de 1986 a 2010. Verificamos que até do ano de 2010, todos os espaços, nomeados de “biblioteca” eram salas adaptadas¹ (salas de aula, depósitos, salas de coordenação e outros), tanto nas escolas estaduais, quanto nas municipais.

As principais questões apontadas no tocante aos espaços físicos foi que nenhuma escola, até o período estudado (2010), teve em seu projeto arquitetônico, a previsão de construção de espaço da biblioteca, e que as que existiam não foram construídas para tal finalidade, foram “adaptadas”. Um exemplo é o croqui abaixo (figura 1), que mostra vários conjuntos escolares de carteiras e cadeiras e poucas estantes com livros, no espaço de uma das bibliotecas escolares pesquisadas.

Figura 1- Croqui de uma das bibliotecas pesquisadas.



Fonte: Almeida (2018)

¹ Como é possível observar em um dos croquis elaborados na pesquisa.

Siqueira, Trindade, Terra e Torres (2021) destacam que no ano de 2010, o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (Gebe/UFMG) lançou o documento "Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares", o trabalho visava estabelecer referências quanto à qualidade das bibliotecas escolares no Brasil. O documento tinha duas seções, a primeira tratava do planejamento de espaço físico: acessibilidade, acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades, recursos humanos; a segunda parte era um instrumento de avaliação e planejamento dos indicadores da seção anterior. O interessante é que este documento, posteriormente, foi reconhecido como recomendação do Conselho Federal de Biblioteconomia, por meio da Resolução CFB nº. 119/ 2011.

Compreendemos por meio da observação e análise dos croquis, um fator de **provisoriidade** da instituição "biblioteca escolar", tanto na rede municipal, quanto na rede estadual de ensino, tendo em vista as constantes alterações de local que as bibliotecas tiveram, bem como, as dificuldades para a realização de trabalhos com grupos de alunos e professores (no local). Em pesquisa recente, Miranda, Braga e Cavalcante (2022) evidenciaram que um número significativo de escolas públicas brasileiras não possui biblioteca ou sala de leitura: 30,6% e 49,3%, respectivamente. No entanto, os autores mostraram que ao combinarem outras variáveis sobre a existência de práticas de leitura na escola, incluindo possuir acervo diversificado e ter livros que podiam ser manuseados e emprestados, percebeu-se que havia uma razoável adequação dos espaços (2022). Além disso, outro fator importante destacado pelos autores é de que as condições de infraestrutura contribuem para a melhoria do desempenho de estudantes em testes padronizados, o que nos permite afirmar a relevância de políticas públicas que valorizam e ampliam os espaços de leitura na escola.

As atividades nas bibliotecas escolares foram realizadas por professores (as), servidores administrativos, e/ou coordenadores pedagógicos. Houve menção a apenas um curso de formação continuada para profissionais da educação da rede estadual de ensino, que tratou da questão das bibliotecas escolares, mas a partir do ano de 2016¹. Outro aspecto relevante foi a constatação de que a trajetória destes sujeitos (responsáveis pelo trabalho de mediação da leitura), enquanto leitores e/ou usuários de bibliotecas, interferiu nas práticas por eles desenvolvidas, pois ainda que não tenhamos traçado um perfil de leitor desses profissionais, pesquisas já mostraram que professores são leitores sim, não obstante suas leituras estejam vinculadas aos materiais produzidos na cultura escolar, tais como cadernos, diários de classe, livros didáticos e paradidáticos, entre outros. Corroboramos a ideia de que há profissionais da educação que foram/são "leitores interditados" (Britto, 1998), que vivenciaram práticas de leitura, na escola ou fora dela, muitas vezes, de uma forma avaliativa e punitiva, o que dificilmente lhes proporcionou uma

¹ Para saber mais acessar: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação oferece capacitação para profissionais das bibliotecas escolares. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-oferece-capacitacao-para-profissionais-das-bibliotecas-escolares/>. Acesso em 10 nov. 2022.

formação leitora que estimulasse o gosto pela leitura literária.

Com relação às **práticas de mediação** didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas e visibilizadas por meio de documentos e materiais da cultura escolar, enfatizamos que os mediadores desses espaços construíram alternativas metodológicas de uso do acervo disponível, que permaneceram registradas nos documentos produzidos na cultura escolar (livros de empréstimo e/ou os/as cadernos/fichas de obras).

Evidenciamos, conforme mostraram os registros e entrevistas, que os mediadores promoveram momentos de contação de histórias e leitura em voz alta nas bibliotecas, práticas relevantes do ponto de vista da formação de alunos leitores. No entanto, as práticas mencionadas foram **descontinuadas** no período de 1986 a 2010, ou pelas constantes adaptações de local das bibliotecas, ou pelas alterações nos mediadores de leitura, pois houve evidências de grande rotatividade de pessoal responsável pelas bibliotecas. Cumpre destacar ainda, que não foram encontrados registros de ações como saraus literários, rodas de conversa sobre livros, entrevistas com escritores e outras.

Levantamos dados que nos permitiram afirmar que houve um crescimento dos **acervos de obras** literárias em todas as escolas pesquisadas. Isso foi resultado das políticas permanentes de aquisição de livros, em especial do final da década de 1990 em diante, com a implantação do PNBE (Brasil, 1997), além da compra de obras literárias pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, bem como pelas secretarias e/ou gerências estaduais e municipais de educação. Este crescimento permitiu a possibilidade de uma prática frequente em todas as bibliotecas, que foi o empréstimo das obras, por isso a ampliação dos acervos apareceu como fator determinante para garantir ações de socialização da leitura.

O empréstimo de obras literárias foi oportunizado por meio de projetos de leitura que possibilitaram que os alunos fossem à biblioteca e emprestassem os livros, a periodicidade desse trabalho esteve condicionada aos projetos elaborados pelas equipes escolares. Apesar da importância desse trabalho para a formação de leitores, em especial no âmbito dos estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental, essa prática ocorreu em alguns períodos, mas foi interrompida por fatores como: i) a falta de mediadores nos espaços das bibliotecas escolares; ii) mudança dos espaços para funcionamento das bibliotecas; e, iii) a readaptação de servidores que retornaram às funções anteriores, entre outros.

Nas sete bibliotecas escolares pesquisadas, notamos que não houve critérios para o **descarte de materiais**, dado o desconhecimento das etapas para tratamento técnico de acervo, bem como o valor dado aos materiais produzidos na cultura escolar. Por sua vez, foram acumuladas obras em desuso e desatualizadas, em contrapartida foram descartadas fontes documentais¹, como as fichas e/ou os livros que marcavam os empréstimos de obras pelos

¹ Em história da educação este material é considerado fonte documental importante de registro das práticas escolares.



estudantes.

Um aspecto a ser refletido, é que das sete bibliotecas, apenas uma não acumulava junto ao acervo literário também os livros didáticos, em grande número, além de materiais didáticos diversos. O aspecto adverso dessa questão foi o descarte documental produzido em algumas instituições, por outro lado, em algumas escolas houve a conservação de materiais em um período, e em outro não, isso ocasionado pela ausência de bibliotecários e/ou de servidores permanentes nos espaços das bibliotecas.

Com relação à **formação dos profissionais** averiguamos a total ausência de bibliotecários em atuação nas bibliotecas escolares de Naviraí, e/ou a ausência de supervisão por esse profissional, no período de 1986 a 2010. Preocupante também foi a constatação de que a formação de bibliotecários no estado de Mato Grosso do Sul, até o ano de 2010 era insuficiente. O estado possuía apenas um curso de Biblioteconomia, na capital, Campo Grande. O déficit desses profissionais foi evidenciado por pesquisas (Campello, 2015) que avaliaram a execução da Lei Federal nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares no país (Brasil, 2010).

As pesquisas (Campello, 2015) mostram ainda, a lentidão do processo de formação desse profissional para atuação nas escolas brasileiras. A ausência de bibliotecários em atuação nas bibliotecas escolares de Naviraí, e/ou a ausência de supervisão por esse profissional nos espaços, não possibilitou a realização de tratamento técnico do acervo, tampouco promoveu a ampliação do conceito e das funções da biblioteca no contexto escolar. Outro fator relevante foi a dificuldade de formação continuada para esses profissionais, dada a rotatividade dos servidores.

Por último, mas não menos importante, é o fato constatado na pesquisa, de que as bibliotecas, sem exceção, terem sido relegadas a um **ostracismo tecnológico**, uma vez que, nas escolas estaduais e em algumas municipais, foram construídos e/ou equipados laboratórios de tecnologia, enquanto que para as bibliotecas foram enviados computadores obsoletos, além disso, não foram instalados *softwares* para tratamento técnico dos acervos, conseqüentemente os computadores não serviram para um registro mais aprimorado de empréstimos de obras e de outras atividades.

A análise dos dados da pesquisa apontaram questões preocupantes com relação às bibliotecas escolares, que podem refletir um quadro mais amplo das bibliotecas no Brasil, pois pesquisas têm mostrado que este painel também se reflete em outros municípios brasileiros e na escola pública como um todo.

Uma alternativa para a ampliação e melhoria do trabalho nas bibliotecas foi apontada por Campello (2015), ao considerar a formação de redes de cooperação, em que haveria a possibilidade de compartilhamento de um trabalho entre bibliotecas. Esse tipo de rede ainda se apresenta como algo novo e os estudos avaliativos sobre a sua potencialidade têm configurado suas primeiras pesquisas (Limas, Campello, 2017).

Todavia, o trabalho também aponta caminhos para o fortalecimento da

instituição biblioteca, por meio da revalorização deste espaço simbólico nas escolas, a partir da formação continuada de profissionais, da supervisão por profissionais da área de biblioteconomia, além de formação de redes de bibliotecas e implantação de sistemas adequados para o tratamento técnico do acervo e demais atividades inerentes ao espaço.

4. Considerações finais

Ao finalizarmos a pesquisa que compôs a tese de doutoramento (com alguns aspectos apresentados neste artigo), observamos que as bibliotecas escolares de Naviraí/MS se constituíram inicialmente como pequenos acervos e/ou coleções de livros, posteriormente como “armários de livros” e por fim, como espaços adaptados para funcionamento de biblioteca.

Podemos afirmar que não obstante, as reiteradas falas de que os alunos do ensino fundamental e médio no Brasil não leem e que os textos literários não circulam entre os estudantes, a pesquisa historiográfica realizada no município de Naviraí/MS evidenciou que durante o período de 1986 a 2010, as sete bibliotecas escolares constituídas no município de Naviraí realizaram ações visando o uso do acervo literário disponível, em especial das obras recebidas por meio do PNBE e do FNDE.

Nas sete escolas públicas pesquisadas apreendemos que, por meio do desenvolvimento de práticas culturais, como a ida à biblioteca para emprestar livros, os estudantes puderam acessar os textos literários, ampliando assim o acesso até então restrito à sala de aula. No entanto, as práticas desenvolvidas pelos mediadores de leitura foram descontinuadas, o que dificultou o estabelecimento de uma cultura escolar que mantivesse a ideia e o conceito de biblioteca escolar como centro cultural da escola. Assim, a “instituição biblioteca” permaneceu ligada às funções de guarda, zelo e empréstimo dos livros.

As dificuldades para funcionamento das bibliotecas escolares foram apresentadas ao longo da pesquisa e se mostraram sobressalentes os seguintes aspectos: uma provisoriedade dos espaços arquitetônicos, uma vez que em todas as bibliotecas houve mudança de local para acomodar outras necessidades da escola; ausência de bibliotecários e/ou supervisores da área de biblioteconomia, pois a formação de bibliotecários no país é insuficiente para atender a demanda, bem como no estado de MS; falta de formação continuada e tratamento técnico do acervo; rotatividade de profissionais; descontinuidade das práticas leitoras; descarte documental e ostracismo tecnológico.

Considerando todas as questões elencadas na pesquisa, são necessárias alterações estruturais e mudança de conceito e finalidades das bibliotecas escolares, cabe mencionar especificamente: i) melhoria da estrutura física; ii) continuidade periódica de programas de aquisição de acervos; iii) formação e atuação de bibliotecários no espaço escolar e/ou supervisão por esses profissionais; iv) formação da equipe escolar sobre o papel da biblioteca na escola; v) formação de redes de bibliotecas.

Precisamos considerar que no Brasil, as políticas públicas de acesso ao livro e à leitura, nem sempre são continuadas, sofrendo cortes e modificações, que não as tornam políticas de Estado, mas políticas de governo. Desta forma, cabe salientarmos a importância da continuidade de políticas como o PNBE (BRASIL, 1997) para a melhoria do acesso ao livro e à leitura no país, além da necessidade do estabelecimento de previsão orçamentária para a construção de bibliotecas nas escolas públicas, com espaços adequados ao trabalho de formação de leitores.

No tocante às pesquisas sobre as bibliotecas escolares, há necessidade de pesquisas sobre livro, leitura e bibliotecas no país, em especial, na Região Centro-Oeste do Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Por fim, a instituição biblioteca é necessária, em especial para o desenvolvimento de suas funções educativa e cultural, de modo a garantir que seu papel na escola colabore significativamente na transformação e melhoria da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Percursos da leitura. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. **Bibliotecas escolares em Naviraí (1986-2010): História e Cultura Escolar**. 2018. 251 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7101856. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALVES, Cláudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 30, p. 101-125, jan./abr. 2010.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução de João Virgílio Gallerani Cuter. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2003.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Ministério da Educação. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de outubro de 2003 (Edição extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília, DF:



Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Resumo técnico-Censo Escolar 2010**. Versão Preliminar. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7277-censo-final-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. **O significado da palavra tombamento**. 2023. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=noticiasDetalhesAc&item=37302>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 12/2020 de 7 de outubro de 2020**. Dispõe sobre o Programa Nacional do livro e do material didático-PNLD. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-ndeg-12-de-07-de-outubro-de-2020/view>. Acesso em 1º nov. 2023.

BONFIL, Robert. A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental na Idade Média. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto/SP, v. 4, n. 1, p. 1-25, fev./jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger (Org.). O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, 1991.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido** – cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. "Os livros resistirão às tecnologias digitais". **Revista Nova Escola**, São Paulo, SP, 1º de agosto de 2007. Entrevista concedida a Cristina Zahar: Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/938/roger-chartier-os-livros-resistirao-as-tecnologias-digitais>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB 199, de 03 de julho de 2018**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. 2018. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1313>. Acesso em: 2 dez. 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Geoambientes da Faixa de Fronteira do MS -GT NFMS**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento econômico, 2016. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Geoambientes-da-Faixa-de-Fronteira-Versao-2016.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **A pesquisa sobre leitura no Brasil**–1980-1995. Campinas, SP: Komedi; Arte Escrita, 2001.

FRAGO, Antônio Viñao. Escolarización, edificios y espacios escolares. **CEE Participación Educativa**, n. 7, p. 16-27, mar. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 16. n. 1(46), p. 135-144, jan./abr. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria de Educação oferece capacitação para profissionais das bibliotecas escolares**. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível

em: <https://www.sed.ms.gov.br/secretaria-de-educacao-oferece-capacitacao-para-profissionais-das-bibliotecas-escolares/>. Acesso em 10 nov. 2022.

GUIMARÃES. Vitória dos Santos. Entrevista com Roger Chartier- Representações das práticas, práticas da representação. **História**, São Paulo/SP, v.40, e2021065, 2021.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gisele Souza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Bibl. Esc. em Ribeirão**, Ribeirão Preto/SP, v. 5, n. 2, p. 22-43, ago./dez. 2017.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MIRANDA, Cecília Coutinho de; BRAGA, Daniel Santos; CAVALCANTI, Ana Paula Campos. Bibliotecas escolares e salas de leitura importam para o aprendizado dos estudantes? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 48, n. contínuo, 2022.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Bibliotecas escolares nas Escolas Normais no Brasil: constituição do lugar e dos sujeitos. **Educação em Foco**, ano 19, p. 235-251, set./dez. 2016.

NOCERA, Tiago; PEREIRA, Rodrigo. Bibliotecas escolares em Mato Grosso do Sul: estado da arte dos trabalhos de conclusão do Curso do Curso de Biblioteconomia no Instituto de Ensino Superior da FUNLEC. In: PEREIRA, Rodrigo (Org.). **Biblioteca escolar sul-mato-grossense**: olhares possíveis e debates. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/12400009/Biblioteca_Escolar_sul-mato-grossense_olhares_poss%C3%ADveis_e_debates. Acesso em: 20 fev. 2015.

PEREIRA, Rodrigo (Org.). **Biblioteca escolar sul-mato-grossense**: olhares possíveis e debates. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/12400009/Biblioteca_Escolar_sul-mato-grossense_olhares_poss%C3%ADveis_e_debates. Acesso em: 20 fev. 2015.

SILVA, Fabiany Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, UFPR, Curitiba/PR, n. 28, p. 201-216, dez. 2006.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; TRINDADE, Thais Lima; TERRA, Guilhermina de Melo; TORRES, Phamela Lima. Panorama da Biblioteca Escolar



no Brasil: legislações e ações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan./abr., 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. Apresentação: vestígios da cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá/PR, n. 14, maio/ago. 2007.

Recebido em: 22 de junho de 2023.
Aceito em: 15 de setembro de 2023.
Publicado em: 03 de janeiro de 2024.